

Mudanças ocorrem porque existem pessoas que pensam diferente e produzem coisas novas. Comportamentos e vícios condenáveis se reproduzem porque há pessoas que não os enxergam assim ou, o que é pior, pertencem a grupos ou classes sociais que exercem forte resistência às mudanças. Quando o assunto é cidadania, o mais doloroso é perceber que essa resistência encontra terreno fértil nos vários preconceitos sociais, que fragilizam a autoestima da população. Sem contar o aviltamento da escola pública, processo que se agrava com a crise fiscal do Estado brasileiro.

Não por acaso, a ética, a valorização da autoestima dos jovens e a força transformadora da escola e da política em nossa vida pessoal e social são temas da matéria principal desta edição da revista *Justiça Eleitoral em Debate*. Apresentamos ao leitor alguns dados estatísticos sobre a tímida participação eleitoral dos eleitores fluminenses na faixa etária de 16 e 17 anos e o que pensam sobre ética e política. São indicadores negativos que reforçam a convicção de que o TRE-RJ deve manter projetos socioeducativos que levem às escolas o debate sobre cidadania.

Ainda nessa reportagem, mostramos o emocionante reencontro da presidente do TRE-RJ, desembargadora Jacqueline Montenegro com a escola pública em que ela estudou até os 14 anos. A ex-aluna da Escola Municipal Cócio Barcellos, em Copacabana, fez duas palestras no auditório do SESC para os estudantes que participam do Programa Eleitor do Futuro, desenvolvido pela Escola Judiciária Eleitoral nas escolas. Em meio ao crescente descrédito da política entre os jovens, vale a pena acompanhar a chama de motivação e esperança que as palavras da desembargadora acenderam nos estudantes.

Mudanças ou permanências políticas pelo voto no Brasil mobilizam uma enorme estrutura, capaz de garantir aos mais de 140 milhões de eleitores brasileiros o direito de se manifestarem nas urnas. No Rio de Janeiro, a montagem dessa estrutura já teve início com o Plano Integrado das Eleições. O leitor pode compreender um pouco da anatomia desse processo de planejamento, numa reportagem que também relembra a superação, nas eleições passadas, das graves dificuldades representadas pela realização de megaeventos no Rio de Janeiro. Um êxito que se desenhou graças ao cuidadoso trabalho de elaboração do PIE 2016.

Por fim, os artigos da desembargadora Cristiane Frota, do desembargador Delmiro Campos, em coautoria com a advogada Maria Stephany do Santos, e do desembargador Wagner Cinelli de Paula Freitas debatem questões relevantes para a Justiça Eleitoral e a sociedade.

Uma boa leitura a todos.



Des. Fernando Cerqueira Chagas
Diretor da Escola Judiciária Eleitoral do TRE-RJ